

Brasil anuncia amanhã fim da moratória

O País faz nova proposta aos bancos e volta a pagar parte dos juros da dívida

PAULO SOTERO

O Brasil voltará a pagar parte dos juros correntes da dívida externa a partir de janeiro. O gesto, que encerra a moratória não declarada nos pagamentos aos bancos internacionais, iniciada há 18 meses, tem o objetivo de "não deixar nenhuma dúvida sobre a boa-fé do governo brasileiro nas negociações e o nosso desejo de chegar a um acordo com os credores", disse ao **Estado** uma alta fonte da equipe econômica. A decisão será comunicada amanhã em Nova York aos representantes dos bancos credores pelo negociador da dívida, embaixador Jório Dauster, que lhes apresentará também nova proposta de negociação.

O montante dos pagamentos não foi revelado pela fonte porque, segundo esta, "o governo manterá sua política de não negociar pela imprensa". Mas a última proposta feita aos credores dá uma indicação: o País dispôs-se a pagar 25% dos juros correntes, o que dá cerca de US\$ 100 milhões por mês. Quanto ao acerto dos mais de US\$ 8 bilhões de juros em atraso, não deve haver mudança substantiva: o governo continuará condicionando o pagamento de cerca de 15% do total devido à aceitação, pelos bancos, de alguns princípios gerais que regerem um acordo amplo sobre o estoque de cerca de US\$ 50 bilhões da dívida de médio e longo prazo aos bancos. Os credores rejeitaram a idéia e insistiram no pagamento incondicional de 30% dos atrasados.

Com a nova proposta o governo quer sair da defensiva e quebrar o virtual cerco financeiro a que o País foi submetido nas últimas semanas por credores oficiais e privados para fazer concessões. Ela conterá uma opção adicional para os credores. Conforme anúncio oficial feito na sexta-feira passada, o governo se dispõe a trocar ao par por novos títulos da dívida tanto os juros atrasados como o principal. Esses títulos poderão, por sua vez, ser usados na aquisição de empresas estatais.

Segundo fontes oficiais bem situadas, a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, espera que a retomada dos pagamentos de juros seja recebida pelos bancos e pelos governos dos países credores como um passo positivo no rumo do entendimento e ajude a quebrar

o impasse de mais de dois meses na negociação. Na quinta-feira, a ministra expôs a nova posição brasileira ao embaixador dos Estados Unidos, Richard Melton. Zélia disse ao representante americano que a proposta a ser apresentada por Jório Dauster aos bancos é "o máximo" que o País pode fazer, neste momento, para honrar suas obrigações externas.

Um alto funcionário do governo comparou o novo tratamento que o governo dará ao problema da dívida a "uma variante" do que fez a Argentina. Em maio, depois de uma moratória de dois anos, durante a qual acumulou cerca de US\$ 5,5 bilhões em juros atrasados, o governo do presidente Carlos Menem voltou a pagar a fim de reativar um acordo que firmara meses antes com o Fundo Monetário Internacional.

O montante pago, US\$ 40 milhões mensais, representa entre 10% e 15% da conta total de juros do país e foi considerado insuficiente pelos credores. Bastou, no entanto, para preservar o acordo com o FMI, manter abertas as fontes de financiamento oficiais e comprar a boa disposição política da comunidade financeira internacional. Já o Brasil, que adotou estratégia mais dura, buscando uma "solução definitiva" para o problema da dívida, foi colocado na situação oposta e está hoje sujeito a um virtual boicote de credores oficiais e privados que, se persistir, tornará ainda mais complicada a execução do programa de estabilização.

A saída à moda argentina buscada pelo governo não deve agradar aos bancos. É provável que eles argumentem que a situação do governo Menem, em maio, e a do governo Collor, agora, não são comparáveis porque, enquanto a Argentina tinha menos de US\$ 1 bilhão de divisas no cofre quando começou a pagar US\$ 40 milhões por mês (agora tem um pouco menos de US\$ 3 bilhões), o Brasil dispõe hoje de reservas de mais US\$ 8 bilhões. Mas, ao anunciar a retomada de pagamentos, o governo estará criando um fato político que os banqueiros e os governos credores terão dificuldades para criticar publicamente. Afinal, o País estará pondo dinheiro em seus cofres e oferecendo-lhes, além disso, patrimônio em troca de ativos que hoje não rendem nada. A reação pública dos bancos é importante, nesse caso, porque ela balizará a atitude dos governos credores, que hoje submetem o País a um isolamento financeiro sem precedentes.

POLÍTICA ECONÔMICA

PEDRO CAFARDO

O Plano Collor completa hoje nove meses, a inflação não caiu como previa o governo, mas a economia brasileira foi profundamente modificada. Em rápido balanço que fez para o Estado, a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, disse que os brasileiros ainda não se deram conta da profundidade das transformações ocorridas no País desde março. "Fizemos a reforma administrativa, viamos a política externa, liberalizamos os mercados, liberamos os preços, desregulamentamos a economia, quebramos cartéis", afirmou a ministra.

Sua única decepção é com a inflação. Pelos planos do governo, a taxa mensal deveria estar hoje em torno de 3% ao ano. Se isso tivesse acontecido, certamente o País já estaria debruçado sobre os planos para retomar o crescimento econô-

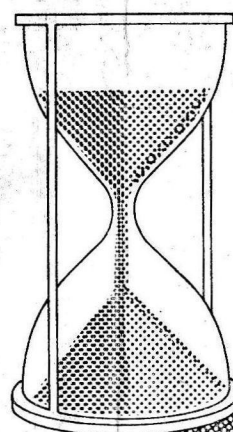
mico. Mas a recessão apenas começa. "Agora vai ser vencer ou morrer, porque haverá turbulências", afirmou Zélia, que considera, "sem modéstia", já ter feito "um grande bem ao País".

Se fosse possível fazer dois retratos do País — um de fevereiro, antes do Plano Collor, e outro agora

—, as transformações indicadas pela ministra, de fato, ficariam evidentes. A própria inflação, embora alta, nem de longe pode ser comparada com os 72,78% de fevereiro. Importações e exportações cresceram, numa demonstração de que a abertura comercial deu resultado. O caixa do Tesouro também já não

Agora é vencer ou morrer, diz Zélia

O que mudou em nove meses



(1) dados de novembro

(2) taxa de desemprego aberto em relação à população economicamente ativa (dados do IBGE para as principais cidades do País)

(3) dados de outubro

(4) dados do Dieese

Como era em fevereiro

Como é agora (1)

Inflação mensal	72,78%	15,58%
Dólar no paralelo	Cr\$ 65,00	Cr\$ 164,00
Desemprego (2)	3,43%	4,25%
Exportações	US\$ 1,9 bilhão	US\$ 2,3 bilhões (3)
Importações	US\$ 1,2 bilhão	US\$ 2,1 bilhões (3)
Saldo comercial	US\$ 767 milhões	US\$ 223 milhões (3)
Tesouro	déficit de Cr\$ 111,8 milhões	superávit de Cr\$ 1,6 bilhão
Salário mínimo (4)	210 litros de leite	167 litros de leite
(poder de compra)	85 kg de feijão	70 kg de feijão
	90 kg de arroz	76 kg de arroz
	99 litros de óleo	95 litros de óleo
	19,8 kg de carne	19,6 kg de carne

SIRIO/ArteEstado

é mais deficitário. Mas o poder de compra dos salários ficou muito menor nesses nove meses. O salário mínimo caiu em outubro para o mais baixo nível desde a sua criação, em 1940. Em fevereiro, por exemplo, comprava 210 litros de leite e hoje só compra 167 litros (ver tabela). Morar também ficou muito mais caro. De abril a novembro, os aluguéis em São Paulo aumentaram 887%, enquanto a inflação na cidade acumulava 162%.

O desemprego começa a assustar. Na última semana, várias empre-

sas passaram a demitir pessoal não mais às centenas, mas aos milhares. Alguns economistas temem que esse sacrifício não seja suficiente para derrotar a inflação, ao contrário do que espera o governo.

□ Ler reportagens na página 8 e artigo da ministra na página 2